

Efeitos de lugar no “Circuito histórico e Arqueológico da Herança Africana”¹

Place Effects on the “Historical Circuit and Archaeological Heritage of Africa”

EDSON FARIAS

RESUMO:

Consideradas as determinações socioestruturais que ora condicionam a requalificação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro, a finalidade deste texto é examinar efeitos relativos ao conjunto de decisões e iniciativas que correspondem ao que chamamos de políticas de imagem inscritas na paisagem citadina. Aqui é priorizado o reposicionamento na paisagem carioca do que se convencionou chamar de a “Pequena África” carioca. Em particular, interessa nesse reposicionamento a teia de interdependências sociofuncionais tendo por uma das suas figurações o advento do “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana”. Não se trata aqui de reconstruir com apuro historiográfico e etnográfico cada um dos fios dessa tessitura. Iremos abordá-los nas reciprocidades que estabelecem entre si, mais propriamente no efeito de lugar,

¹ Este artigo divulga resultados de pesquisa do Projeto *O Circuito de Heranças Africanas na “Pequena África Carioca”: Consumo e memórias da escravidão nas paisagens urbanas do Atlântico negro contemporâneo*, que conta com financiamento do CNPq na modalidade Bolsa de Produtividade em Pesquisa (2017-2020). Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à mesa “Memórias e ativismos, artes e negritude: interpretações e representações raciais no Brasil”, durante o 14.º Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA) – PUC-Rio, 25-28 de julho de 2018.

gerado por essas valências mútuas, sobre os condicionantes socioestruturais acima relacionados. No limite, importa refletir sobre o conceito conferido ao senso de localidade presente ao imediato das percepções, repercutindo nos meios de cognição e nos relatos pelos quais narrativas tracejam o encadeamento dos antes, do agora e do amanhã da malha citadina.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Zona Portuária do Rio de Janeiro; Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana; Esquemas de percepção; Efeitos de lugar.

ABSTRACT:

Considering the socio-structural determinations that now condition the urban requalification of the Port Zone of Rio de Janeiro, the purpose of this text is to examine effects related to the set of decisions and initiatives that correspond to what we call image policies inscribed in the city landscape. Here, priority is given to repositioning the Rio landscape of what is conventionally called the “Little Africa” of Rio. In particular, the web of sociofunctional interdependencies is of interest in this repositioning, having as one of its figures the advent of the “Historical and Archaeological Circuit of African Heritage”. It is not a question of reconstructing each of the threads of this fabric with historical and ethnographic precision. We will approach them in the reciprocities they establish among themselves, more precisely in the effect of place, generated by these mutual valences, on the socio-structural conditions listed above. At the limit, it is important to reflect on the concept given to the sense of locality present in the immediate of perceptions, with repercussions on the means of cognition and on the reports through which narratives trace the chain of the before, now and tomorrow of the city network.

Key words: Urban landscape; Port Zone of Rio de Janeiro; African Heritage Historical and Archaeological Circuit; Perception schemes; Place effects.

INTRODUÇÃO

Dispostas numa polaridade extremada, segundo Bergson (1999, p.70-71), tanto a “percepção pura” quanto a “memória pura”, respectivamente, estão no aquém e além da experiência. Esta última, portanto, decorre das vicissitudes geradas pelas alterações mútuas entre um e outro polo, isto é, na dinâmica de uma dialética irresoluta na qual a ausência absoluta de sentido e o significado puro permanecerão sombreamentos que bordeiam o que se nos impõe como certeza sensível².

² Reconhece-se no argumento desenvolvido em *Matéria e Memória* o objetivo de superar o dualismo estabelecido tanto pelo idealismo quanto pelo objetivismo entre alma e corpo. Não se trata, para Bergson, de confundir nem tampouco de sintetizar um e outro plano, mas somente conferir os limites estritos do espírito e da matéria, para então apreender a complementaridade entre eles estabelecida. Desde já é nítido o desconforto do autor para com a ideia de um espaço e tempo homogêneos, decorrentes de uma concepção abstrata e, portanto, intelectualista, dispendo-se entre as oposições metafísicas do mecanismo e do dinamismo. Na contramão de tal prerrogativa especulativa, Bergson evoca o interesse vital para

A título de um hipotético teste, façamos, agora, o experimento especulativo de vagar pela paisagem citadina. De saída, ela se oferece perene e contínua, mesmo incólume, em meio aos alaridos e transtornos de um cotidiano incessante, às inconstâncias climáticas, às sazonalidades de toda ordem. Quando recordamos as camadas que se sobrepõem silenciosas em cidades à maneira de Roma, colocando em trânsito e comunicação temporalidades anteriores ao império erguido na Antiguidade com a época contemporânea da capital italiana, a imobilidade fleumática da paisagem urbana se torna pouca confiável. Deixa igual consequência o conhecimento acerca de que a hoje inabarcável Cidade do México se calca sobre Tenochtitlán – a capital asteca, arruinada durante a invasão espanhola. Ora, o mesmo poderia ser dito em relação a São Paulo e Lagos (na Nigéria), duas megacidades cujos densos volumes de urbanidade nos fazem esquecer que se trata, em grande medida, de trabalho sócio-humano de algumas décadas.

A experiência sensível de contemplar a paisagem da cidade, sim, vem no caudal de processos neurocerebrais relativos às funções desempenhadas tanto pelo lóbulo parietal superior quanto o lóbulo parietal inferior e a parte dorsal que compõem o córtex premotor. Neste complexo se dá a incisiva atuação das células-espelhos (ou neurônios-espelhos), no que tange às correlações no comportamento humano entre imitações, linguagem, memória e fundo emocionais (SARAIVA, 2014, p.465-502; LEDOUX, 2001, p.244-276). Cabe àquelas células gerar estabilidade epigênica em meio ao bombardeamento sensório-ambiental. Leva-se em conta essa função neural, aqui, mas a inserindo no processo pelo qual, nos planos filo e ontogenético da espécie humana, a díade aprendizados e sistemas de sinais significativos desempenha crucial papel nos repasses intergeracionais dos saberes. Exatamente, tal díade subsidia a construção das formas cognitivas por parte dos indivíduos (DUX, 2012, p.55-72). Deste modo, sem estarem confundidas, mas dispostas processualmente interdependentes, formas mentais e culturais se entrosam na construção humana da realidade, assim estabelecendo cumplicidade insuspeita entre historicidade e sentidos de naturalidade.

Em um primeiro momento, mas de acordo com os objetivos perseguidos neste artigo, argumentamos que a imobilidade da paisagem urbana é uma linguagem, isto é, um construto simbólico posto na função de significar outras frações ambientais – sabendo-se

substituir o conhecimento pela ação e inferir como os princípios de divisão e solidificação, os quais seriam introduzidos no real pelo espírito, estariam na contrapartida do modo mesmo como as coisas possuem extensão e duração. Postula, para isso, “que há algo em comum entre qualidades de ordem diferente, que todas elas participam da extensão em graus diversos, e que não se podem desconhecer essas duas verdades sem embaraçar em mil dificuldades a metafísica da matéria, a psicologia da percepção, e de uma maneira mais geral a questão das relações da consciência com a matéria.” (BERGSON, 1999, p.250).

estar essa linguagem entrosada com os seus objetos de significação em um mesmo emaranhado de relações a um só tempo sociobiológicas e técnicas. Do ponto de vista das suas propriedades, no feixe próprio a tal sistema de sinais significativos, o prevaecimento dos ícones modula os demais signos referidos aos sentidos auditivos, gustativos, táteis e olfativos. Logo, a operação semiótica se realiza no compasso em que sons, sabores, cheiros e sensibilidade epitelial são traduzidos em conteúdos da espacialidade visual. Plana na fusão de forma e fundo, a paisagem se faz ostensiva como pura aparência cuja autodeterminação de apresentar ascende sobre as representações que nomeiam, classificam, hierarquizam tudo quanto parece habitar a cidade. Se a paisagem urbana não é um sensível imaculado, mas sim a linguagem que se realiza no instante mesmo em que nela se atualizam “presentes passados”, aproxima-se do que também Bergson (1999, p.59) concebe por “sistema de imagens”, tendo uma das suas parte no corpo. Ou seja, na unidade instável entre espírito (sentido) e matéria (sensível), a visibilidade da presença (imagem) expõe e se respalda, na simétrica medida, numa miríade de ausências (invisíveis)³.

Contracenando com as pesquisas das neurociências, a proposta da teoria do exocérebro, do antropólogo Roger Bartra (2007), persevera estar a possibilidade de auto-observação pelo cérebro humano, no curso evolutivo da espécie, vinculada à sua duplicação nas teias da cultura. Dessa perspectiva analítica, é razoável entender a paisagem como o duplo significativo – o corpo da cidade⁴. Como tal, a paisagem deixa ver, porém igualmente esconde os múltiplos e inconstantes, logo fugidios e inapreensíveis, da experiência urbana. À maneira de todo duplo, esse também gera confusões de ordem ontológica, pois consiste na dissimulação inerente ao idêntico (ROSSET, 1998). Enfim, enquanto superfície plana, a paisagem diz respeito ao que se deixa ver; a paisagem é a negação visível de tudo quanto habita na cidade invisível.

Mas sendo a cidade sensível uma questão de olhar, nisto se supõem crenças. Os estudos sobre a percepção nas artes plásticas (GOMBRICH, 2007) nos deixam como lição

³Recorro de maneira seletiva ao esquema das tricotomias em Charles Sanders Peirce. Para este autor, todo signo é composto por três partes, as quais são correlatas entre si. Assim, entrelaçam-se o fundamento (*representamen* ou signo), objeto e interpretante. Nos termos do próprio Peirce: “Um signo, ou *representamen*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que tenho, por vezes, denominado o fundamento do *representamen*.” (PEIRCE, 1975, p.94).

⁴ Retomo aqui um argumento desenvolvido em outra oportunidade (FARIAS, 2017, p.157-158).

estar a possibilidade do ver tributária do aprendizado/instrução, logo requer saberes discursivamente formulados e/ou tácitos, os quais compõem os termos de um código (“esquema”) que norteia, enquanto convenção, o procedimento do pintor. Não é demais propor, em se tratando também de um sistema de imagens, uma educação do olhar intrínseco do perceber o corpo da cidade, embasada em esquemas de percepção. Se há desígnios a que essa pedagogia do olhar responde, somos instados à conclusão de que, simultaneamente à historicidade da paisagem, há histórias das pedagogias referentes ao olhar a cidade. Toda e qualquer pedagogia corresponde, no limite, à margem de uma escolha a se realizar, passando de potência a ato, de vontade a poder, afinal, aos caminhos como se constrói o consentimento enquanto vontade. Qualquer pedagogia do olhar a cidade traz uma política do que ver, mas igualmente da maneira mesma de ver, enfim, uma política da imagem. Uma vez que implica decisões capazes de se impor a outras escolhas – subordinando e mesmo calando outras tomadas de posição –, a paisagem urbana é política. Nela, estão vertidas em ícones ou silenciadas disputas em torno do poder de instaurar o visível/sensível e, com isso, de encenar o sentido, a certeza do apreendido.

* * *

Outubro de 2016. O propósito era chegar à Cidade do Samba – local onde, em galpões, são fabricados os volumes alegórico-cenográficos das escolas de samba do grupo principal dos desfiles carnavalescos cariocas –, no bairro da Gamboa, no centro do Rio de Janeiro. Na Estação Cinelândia, entramos num dos vagões do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Inaugurado em junho daquele mesmo ano, sendo parte da execução de um projeto mais amplo de – segundo o jargão do vocabulário dos urbanistas – “requalificação” urbana daquela área da cidade, com suas amplas janelas panorâmicas, o novo transporte se tornou item de programações de lazer de turistas, mas também dos habitantes da cidade. Naquela manhã, ali no vagão, escutei parte do diálogo entre pai e filho. Ele (o pai), talvez na faixa dos 40 anos; o filho, um menino na pré-puberdade. Fazendo às vezes do cicerone, o pai se esforçava para situar o olhar do garoto naquela paisagem que lhe seria “inédita”. A certa altura do trajeto, após o relato do pai destacar as reformas recentes na região, o menino indagou qual teria sido o motivo para aquela área lhe ter permanecido por tanto tempo desconhecida. Um tanto desconcertado com a pergunta, o pai titubeou até dizer: “As pessoas não vinham aqui. Eu mesmo nunca vim aqui antes.” Se a confissão silenciou a conversa entre eles, despertou a minha curiosidade: “Como se teria ‘silenciado’ toda aquela região do

Rio, agora reinserida na paisagem que invade, pelos janelões do VLT, os nossos sentidos? Enfim, a que se atribuir o ‘apagão’ que a fez sumir do mapa pelo qual se orientam as trajetórias cognitivas e afetivas na cidade?”.

Já há um razoável número de pesquisas e estudos que informam as explicações sobre os motivos do “esquecimento” da Zona Portuária carioca. Entre os aspectos ressaltados, atribui-se o deslocamento das funções portuárias, primeiro para o bairro do Caju, mais recentemente para Sepetiba. Também são elencados: o declínio das atividades radiofônicas e gráfico-jornalísticas que ali existiam; a transformação da área num corredor viário, tendo por emblema o elevado da perimetral; a alteração da tônica de urbanização e desenvolvimento do Rio de Janeiro, sempre mais dirigida à Zona Oeste. Já os fatores que incidiriam na retomada da atenção – seja do poder público, seja dos setores empresarial-corporativos e, ainda, da trama das mídias e de frações distintas das classes médias – fazem juntar o incremento da economia de serviços global à escolha do Rio de Janeiro como sede de dois megaeventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos). Articulados, os últimos aspectos trariam em seus rastros as consequências da especulação imobiliária.

Estando já mapeados, para a finalidade deste texto, em um primeiro momento, tais condicionantes constituem o pando de fundo empírico à tarefa analítica focada nos efeitos relativos ao conjunto de decisões e iniciativas que correspondem ao que chamamos de políticas de imagem inscritas na paisagem citadina, mais precisamente aquelas referidas às bordas, à moldura que define o visível da Zona Portuária tal como ora está configurada. O que seriam as bordas dessa visibilidade contemporânea? Embora a pergunta possa conduzir a muitas linhas de fuga, aqui é priorizado somente o reposicionamento na paisagem carioca do que se convencionou chamar de a “Pequena África” carioca. Em particular, interessa nesse reposicionamento a teia de interdependências sociofuncionais tendo por uma das suas figurações o advento do “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana”⁵. Não se trata aqui de reconstruir com apuro historiográfico e etnográfico cada um dos fios dessa tessitura. Iremos abordá-los nas reciprocidades que estabelecem entre si, mais propriamente no efeito de lugar, gerado por essas valências mútuas, sobre os condicionantes socioestruturais acima relacionados. No limite, importa refletir sobre o conceito conferido

⁵ Instituído em 2011 pela prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Municipal nº 34.803, o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana inclui seis espaços vinculados à história e à cultura afro-brasileira: Centro Cultura José Bonifácio; Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos); Cais do Valongo e da Imperatriz; Jardins do Valongo; Largo do Depósito; e Pedra do Sal. (RIO DE JANEIRO, 2011).

ao senso de localidade presente ao imediato das percepções, repercutindo nos meios de cognição e nos relatos pelos quais narrativas tracejam o encadeamento dos antes, do agora e do amanhã da malha urbana.

I - UM SENTIDO DE LUGAR OCUPA O FUNDO DA PAISAGEM

Ainda que não detenha *status* geopolítico, a “Pequena África” (MOURA, 1988) diz respeito a uma territorialidade tecida com respaldo na presença de linhagens geracionais de africanos/as e suas descendências na cidade do Rio de Janeiro. Os encadeamentos geracionais estão referidos às funções portuárias, a princípio deflagradas nos antigos cais e mercado do Valongo⁶ – funções essas em grande medida concentradas nas atividades vinculadas ao tráfico escravagista. Durante o período do ciclo do ouro, o Valongo se efetiva como a principal entrada de africanos(as) escravizados(as) para as Minas Gerais, galgando com isso papel estratégico no ultramarino português nos séculos XVIII e XIX (ALENCASTRO, 2000; ARAÚJO, 2009, p. 129-148). Afinal, para além de escoadouro de açúcar e ouro, o cais integrou a circulação transatlântica do comércio de escravos(as). Consagrou-se, igualmente, pela prestação de serviços de circulação de pessoas e mercadorias a um raio bem considerável de regiões internas ao espaço do Brasil colonial, em especial às áreas sudeste e sul (ABREU, 1987). Na metade inicial do século XIX, em especial com a transferência da sede da coroa portuguesa e, mais tarde, em razão da implantação do Império brasileiro, mas já na condição de principal porto de exportação do açúcar de cana e do café, o Rio de Janeiro ascendeu a posição privilegiada nas rotas do Atlântico Sul. Para além dos serviços de armazenamento, em grande parte tocado por imigrantes portugueses, sua região portuária aglutinou um forte comércio tanto atacadista como de varejo (LAMARÃO, 1991; LESSA, 2000, p.21-62; VENÂNCIO, 2000).

Ora, embora possua laços com a época do funcionamento do cais e mercado do Valongo, a primeira versão da Pequena África carioca se definiu nesse mesmo intervalo entre a metade final do século XIX e início do XX, à contrapartida do ciclo de expansão industrial na cidade, atraindo imigrantes europeus e asiáticos e sobretudo migrantes negros provenientes do Vale do Paraíba Fluminense e do Recôncavo baiano, sob os rastros do fim

⁶ Segundo os relatos historiográficos, o funcionamento deste desse ancoradouro decorreu das reformas realizadas no centro da cidade, em meados do século XVIII, segundo o propósito de evitar que se disseminassem doenças e epidemias. Com isso, justificou-se a transferência da chegada das massas escravizadas da então estratégica Rua Direita para uma área de pouca visibilidade e importância socioeconômica, além de escasso povoamento (GIANNELLA, 2013, p.03).

do trabalho escravo e do declínio em uma e outra região das respectivas lavouras de café e cana-de-açúcar (BARROS, 2009, p.124). Emersa num período histórico em que grande parte da população negra na cidade já era composta de pessoas com *status* jurídico de “livres”, a Pequena África teria se estendido da Zona Portuária litorânea do Saco da Gamboa e da Saúde até aos entornos da Praça XI de Novembro, no centro da então capital brasileira, incluindo aí os morros do Santo Cristo, Pedra do Sal, Providência, do Pinto, de São Carlos e tantos outros. Tinha ramificações, ainda, nas soluções precárias de moradia popular que, àquela altura, começam se propagar pelas encostas dos morros da região, a partir do Morro da Providência (BERNARDES, 1992). Adquirido o nome de favela, essas soluções serão retomadas em outras áreas da cidade, tornando-se signo de pobreza e, ao mesmo tempo, de nicho da cultura popular urbana (VALLADARES, 2016). Com a inauguração do complexo portuário, na década de 1910, em substituição aos cais e aos trapiches existentes, a intensificação de vários trânsitos (pessoas, símbolos, técnicas corporais etc.) subsidiou essa ampla e diversificada ecologia urbana cujo núcleo entrecruzava o cotidiano dos trabalhadores manuais do porto e suas famílias, além de outros grupos posicionados nas franjas da estratificação social urbana, a maioria obtendo sustendo com atividades de baixa e inconstante remuneração, o que os deixava em permanente situação de vulnerabilidade no acesso aos melhores serviços de saúde, alimentação, segurança etc. Em sua grande maioria, toda essa população habitava um imenso conjunto de antigas casas de cômodos, em condições bem precárias quanto ao abastecimento de água e esgotamento sanitário – denominadas pejorativamente de “cortiços” ou “cabeças de porco” – ou casebres tão insalubres quanto frágeis chamados de “barracos”, empinados nas encostas dos morros daquela região.

Os termos até agora descritos não esgotavam, porém, a paisagem dessa ecologia, afinal eles contracenavam com permanentes e intensas sociabilidades lúdicas, regadas a bebidas alcóolicas e cardápio farto, nas quais um repertório musical, embasado nos batuques, vicejava meneios corporais. Não fora casual ser a denominação Pequena África atribuída a um ilustre frequentador da região, o músico e compositor Heitor dos Prazeres – sua mãe, costureira, teria frequentado os círculos de amizade e vizinhança na região (SODRÉ, 1998, p.84-89). Mais tarde, também ele se firmou como assíduo integrante daquelas noitadas em que os batuques (gerando meneios corporais), ao mesmo tempo, aproximavam e divisavam as extrações mais profanas de canto e dança do culto aos orixás, nos terreiros de candomblé. Epicentro dessas sociabilidades festivas, que funcionaram como espécie de laboratório à

metabolização simbólica cujo produto foi o gênero musical samba, as rodas ocorridas nas imediações da lendária (por sua efervescência cultural) Praça Onze, em casa da migrante baiana Hilária Batista de Almeida – a não menos célebre babalorixá (sacerdote candomblecista) Tia Ciata –, catalisavam o tramado de narrativas intrínsecas à formação e deslizes dos significados com os quais as imediações do antigo Cais do Valongo se transformou na Pequena África à medida que deixou de ser o lugar em que se armazenavam e comercializam “escravos” e galgou o *status* de epítome mítico da cultura popular urbana carioca (SODRÉ, 1998, p.11-18).

Delineada no compasso da urbanização da socioculturalmente porosa região da Cidade Nova, em que grupos étnicos distintos (particularmente, judeus e negros) se fizeram próximos e mesmo agenciaram mútuos engendramentos (CARVALHO, 2019), a densidade simbólica mítico-histórica da Pequena África contracenou com os percursos da sociedade-nação do Brasil ao longo das décadas de 1920 a 1940 do século XX. Nesse período ocorre a alquimia ideológica entre os discursos comprometidos com o ideário nacional e os movimentos e processos culturais pelos quais se internalizaram práticas e símbolos referidos à descendência africana nos quadros da cultura artística popular e à inserção desta no escopo da cultura brasileira. daquelas rodas musicais, a produção simbólica, já destacada pela mestiçagem, ganhou espaço nas casas de partituras, cabarés, cafés-cantantes, cinemas e teatros. Paulatinamente, inseriu-se um parque gráfico-editorial, mais tarde acrescido do funcionamento dos estúdios-sede da Rádio Nacional – emissora com destacado papel no cruzamento da questão da cultura e identidade nacionais com a implantação de um sistema industrial de produção e circulação de bens simbólicos. Compostos em seus quadros de produtores, intermediários e públicos por representantes de classes e estratos etnicorraciais heterogêneos, os circuitos de interdependências sociofuncionais, atravessados pela então ainda em formação cultura artística popular de massa, forneceram subsídios (lexicais, indumentários, gestos, entre outros símbolos) às novas representações contidas nos discursos sobre os (e nos) rituais de celebração da identidade carioca e da brasilidade (ABREU, 2010, p. 92-113; ROSSI, 2007, p.427-434, LOPES, 2006, p.72-83).

Diante da sumária síntese descrita acima, pode-se concluir: fruto das vicissitudes do comércio escravo, o território mítico-geográfico da Pequena África não apenas testemunha; nos seus cenários, secreta as tramas intergeracionais daqueles indivíduos e grupos que ali ativaram laços intersubjetivos em que se deu a metamorfose de modos de fazer e modos de viver na cultura artístico-musical percussiva do samba. E esta se firmou com o respaldo da aura de símbolo nacional, ao sabor das consequências não premeditadas de diferentes

mediações socioculturais. Mas essa sedimentação fora indissociável do processo de industrialização do simbólico, composto a princípio pelo dueto da indústria fonográfica nascente com o despontar do sistema radiofônico comercial, nos albores da cultura popular de massa na cidade (FERNANDES, 2018, p.27-46; SAROLDI E MOREIRA, 2005, p.15-71; FENERICK, 2005, p.27-90; FARIAS, 2003, p.200-203).

Após um período de esvaziamento econômico e de ostracismo no tocante à sua reputação, a região da Zona Portuária tem sido alvo, desde a última década, de uma série de intervenções que visariam alterar suas funções, reinserindo-a com destaque no mapa cultural e socioeconômico da cidade (FARIAS, 2010, p.113-118). Ainda que detenha especificidades, porque ocorreu no escopo da execução do projeto “Porto Maravilha”⁷, a atenção conferida pelo dueto Estado e mercado à Zona Portuária veio no caudal do processo de refuncionalização do Centro do Rio de Janeiro, iniciado na década de 1980 (FARIAS, 2010, p.108-112). Mas é igualmente necessário observar que, em franca conexão com o fluxo informacional do comércio transnacional de imagens, quando se coloca em marcha, a atual requalificação urbana da região onde se aninha a versão atual da Pequena África carioca desvela a aliança entre as lembranças do sofrimento relativas à escravidão dos africanos (durante a era colonial) e a implantação de um núcleo de produção e consumo de bens simbólicos e prestação de serviços de lazer e entretenimento relativo às sensações de prazer, alegria e dor naquela parte da capital fluminense.

Ora, sob a alegação de reintegrá-la ao conjunto urbano, as transformações mais substanciais ocorridas recentemente na paisagem da Zona Portuária carioca se iniciaram com a entrada em vigência do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº25/2009, vinculado à “Área de Especial Interesse Urbanístico” (Aciu) da Região do Porto do Rio. Com esse instrumento jurídico-legal se alterou o Plano Diretor da cidade e, também, instituiu-se a Operação Urbana Consorciada (OUC), definida pela função de coordenar reestruturações urbanas na região. Inspirado no modelo de intervenção que se deu em Barcelona, na passagem dos anos de 1980 para 1990, a lei procura motivar parcerias entre os setores público-estatal e privado empresarial no sentido de potencializar usos residenciais, comerciais, de serviços, culturais e

⁷ Resultado do que se convencionou chamar de “Operação Urbana Consorciada” (OUC), o Projeto Porto Maravilha foi instituído pela Lei Municipal 101 (de 2009), segundo a finalidade de revitalizar a porção da cidade classificada como “Área de Especial Interesse Urbanístico” (AEIU) da Região do Porto do Rio de Janeiro. Com impacto em cinco milhões de metros quadrados da Região Portuária do Rio de Janeiro, a execução do projeto tem o prazo de 30 anos, a princípio estimado em R\$ 8 bilhões, e estará sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP).

de lazer. Desse modo, a brecha jurídica aberta com a modificação do Plano Diretor, para a vigência da “Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso do Solo”, deu margem à adoção de diferenciados índices no perímetro definido para as atividades da OUC. Em termos mais concretos, algo assim implicou a adoção de índices de aproveitamento de terreno superiores aos definidos no Plano Diretor, os quais respondem ao que se classifica como Coeficientes de Aproveitamento Máximo. De acordo com a mesma alteração, permite-se a venda dos “Certificados de Potencial Adicional de Construção” (Cepac) que viabilizaram a construção de edifícios com gabaritos de até 50 andares na Avenida Francisco Bicalho e em toda a área margeando o cais do porto, indo até as imediações do Terminal Rodoviário Novo Rio, localizado já no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte da cidade. Com o mesmo projeto de lei se instalou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), sociedade de economia mista, juridicamente autônoma, em forma de sociedade por ações, coordenada pelo município do Rio de Janeiro. A empresa se tornou a gestora de serviços públicos alocados na competência municipal: paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, entre outros.

Com a adoção dos “padrões de governança corporativa”, a vigência da CDURP evidencia tanto a circulação internacional de ideias referidas ao gerenciamento das cidades quanto o emprego do modelo de planejamento estratégico calcado na antecedência da exploração econômica para fins de lucro de serviços de lazer e diversão na “revitalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro (COUTO, 2019). Segundo alguns analistas (FERREIRA, 2011; GOULART, 2005), tal modelo é retomado de empreendimentos afins realizados nas docas de Londres (*docklands*) e áreas portuárias das cidades estadunidenses de Boston e Baltimore (WARREN; MCCARTHY, 2002). Nessas experiências, os grandes investimentos teriam sido canalizados na transformação das áreas depreciadas socioeconomicamente em ambientes articulando atividades turísticas, de cultura, lazer, *shoppings* e, também, moradia para segmentos sociais de alta renda.

As expectativas geradas com a exploração do pré-sal na bacia petrolífera de Santos (cuja maior produção, até o momento, se concentra na costa fluminense⁸) e, sobretudo, a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 estão entre as principais motivações à intensa canalização de esforços estatais (federal, estadual e municipal) na implantação do Projeto Porto Maravilha. A deliberação do Comitê Olímpico Internacional

⁸ Em junho de 2019, o estado do Rio de Janeiro concentrava 73% da produção nacional de petróleo e gás natural. Somente o campo de Lula, localizado na Bacia de Santos e confrontante com a costa fluminense, gerou em junho de 2019 mais de 30% de toda a produção brasileira (ANP, 2019).

de incluir a Zona Portuária entre os locais em que estariam aninhadas as atividades da Olimpíada, na cidade, incrementou decisões reverberadas em um amplo e extenso conjunto de ações. Entre outras ações, com a demolição de galpões e barracões de armazenamento foram erguidos edifícios comerciais com gabaritos variando entre 20 andares (nas imediações da Praça Mauá) e 50 andares, às margens da Avenida Francisco Bicalho. Demoliu-se a Avenida Perimetral nos trechos compreendendo o Mosteiro de São Bento e a Rodoviária Novo Rio. Ao mesmo tempo, ocorreu a construção da garagem subterrânea na Praça Mauá e foi aberta – paralela à Avenida Rodrigues Alves – a Avenida Binário do Porto. Nessa via, implantou-se o já referido veículo leve sobre trilhos (VLT). Numa ampla esplanada junto ao píer Mauá, foi erguido o Museu do Amanhã (realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho e cujo projeto coube ao escritório de arquitetura espanhol Canastrava). Outros projetos-âncora foram executados, entre os quais as restaurações da Igreja de São Francisco da Prainha, situada no Morro da Conceição, e do edifício “A Noite”, e a transformação do Palacete D. João VI no Museu de Arte do Rio (MAR). Resultado de investimentos privados, deu-se a conversão de alguns armazéns portuários no AquaRio, imenso aquário voltado para visitas pagas.

Portanto, o quadro jurídico-institucional de determinações sócio-históricas, com prioridade posta na competitividade e no modelo empresarial (DARDOT; LAVAL, 2019), no qual se inscreve a retomada de lembranças referidas à Pequena África carioca, remete às estratégias de redefinição funcional do espaço urbano da área central da cidade, mas de acordo com o movimento em escala planetária no qual ramos da economia capitalista se interligam à produção simbólica e ao consumo cultural em contextos urbanos (SMITH, 2006; CARLOS, 2005, p.29-37; DENTON & MORRIS, 2004; SÁNCHEZ, 2003; DRIVER & MARTELL, 1999; KENT, 1999; ZUKIN, 1995). Trata-se de dinâmica própria à moldura do espaço-imagem⁹ em que se sincronizam os desígnios financeiros da economia-mundo

⁹ Retomamos o emprego da categoria de lugar-imagem, já aplicada em outro momento da nossa reflexão e análise dos processos que se vêm desenrolando na Zona Portuária carioca. Ela diz respeito “(...) ao andamento do incremento generalizado da condição moderna, em especial à maneira como a última impõe ao juízo a vicissitude inerente ao aumento do conhecimento, isto é, na maneira como o risco se torna fonte de incerteza e ao mesmo tempo meio para manter o futuro sobre controle. Com isto, devido ao exercício do controle mediante a reflexividade sobre a experiência pessoal, estendendo-se sobre os quadros institucionais, configurando uma atmosfera aos experimentos (...), sedimenta-se a condição aberta à intervenção dos sistemas de especialistas calcados nas tecnologias informacionais que operacionalizam a transformação das coisas e fatos em imagens sonoras, visuais e audiovisuais. Isto é, capacitando-as a tornarem-se fatores de comunicação e habilitadas em compor os processamentos globais de mensagens. Assim, o lugar-imagem é uma das manifestações da ausência institucional. Afinal, no instante que esta

capitalista com os mercados publicitários, turísticos, gastronômicos, de mobilidades, entre outros.

À contramão do discurso da economia política, porém, acreditamos importante enfatizar ser fundamental observar a complexidade desse processo, que, afinal, não consiste em uma direção de mão única indo do dueto sistêmico Estado e mercado aos mundos socioculturais intrínsecos aos locais. A nosso ver, os trajetos e itinerários urbanos de pessoas, grupos e entidades associativas que se moldam e portam, estendendo, a memória dos mesmos lugares são fatores básicos à eficácia ou não quando essas mesmas determinações se localizam. Por isso, tão significativo é descortinar encaminhamentos transversais que, embora não necessariamente causados por ou subordinados a essas mesmas sociodeterminações, mostram-se fundamentais quando se trata de entender como a própria refuncionalização da região portuária do Rio de Janeiro adquire vigor enquanto formas e teores das experiências no cotidiano.

Diante dessa mesma trama, em que se realiza seletivamente a reposição de lembranças africanas, talvez se possa especular que, nesse espaço rugoso das experiências apelidado de Pequena África, estão os usos consumeristas, que dele atualmente se faz, condicionados pelas historicidades entrecruzadas nos modos como lembranças são acionadas em domínios específicos de memórias, constringendo o alcance possível das significações do lugar.

II - MONTAGENS DO VISÍVEL NUM DOMÍNIO DIASPÓRICO DE MEMÓRIA

A partir da exposição acima realizada, suspeitamos que a reverência relativa hoje obtida pelo espaço mítico-histórico da Pequena África se faz no andamento em cujo entorno gravitam agências e recursos socioestruturais decisivos à ocupação das posições de prestígio na geometria das relações sociais e espaciais. Se insisto no emprego da ideia de mítico, é porque ela diz respeito a um feixe de narrativas sobre o vivido, mas se mostram capazes, por sua vez, de engendrará-lo mediante representações dispostas em gêneros culturais e suportes

última é igualmente incrementada, sabemos, pelo advento dos transportes mecanizados que nos últimos séculos, na ressemantização de alteridades e a ressignificação dos domínios de memória, segundo um diapasão em que ambos se habilitam a revolver permanentemente a medula das camadas que compõe a historicidade longa dos lugares. Agora, esta subsidia a composição de imagens visuais, sonoras e audiovisuais percorrendo outras regiões planetárias, por diferentes suportes de mídia e canais institucionais.” (FARIAS, 2010, 28-29)

comunicativos os mais diversos, que constituem o discurso público e, desta maneira, fazem circular saberes tácitos. Saberes que se decalcam nos corpos modulando pulsões, desenhando afetos e, portanto, dando contornos a estimas e padrões de individualização e percepção. As experiências plasmadas em que se retomam sentidos de lugar, embora atualizados, são efeitos das continuadas exteriorizações e interiorizações desenroladas nesse movimento em que se cruzam biografias pessoais e trajetórias institucionais. Logo, um dos argumentos desse texto se refere à ideia de que a narrativa mítica da Pequena África, em sua condição de discurso autorreferente, costura, aproximando o que na realização das mesmas experiências está disperso ou mesmo é contraditório, díspare, entre si. Mas as experiências afetivo-simbólicas não apenas executam o texto mítico; tornam-no histórico, no instante em que o atualizam nas circunstâncias nas quais outras narrativas e fatores ambientais diversos e concorrentes pressionam sua potencialidade de significar.

Impõe-se, de um lado, examinar a costura de iniciativas subjacentes à instauração de uma política do ver que incidiram na tematização de um lugar de lembranças africanas, no zoneamento relativo às coordenadas do entretenimento-turismo, em curso na Pequena África do contexto urbano carioca; de outro, observar como essa tematização ocorre em sintonia com os usos, para finalidades de consumo cultural de largas faixas do Centro da cidade, mas considerando a antecedência aí alcançada por questões estribadas na triangulação estabelecida entre identidade, memória e comodificação. Nesse sentido, parece-nos ilustrativo o fato de que, entre as muitas iniciativas visando retomar as historicidades da Zona Portuária, no interior da articulação de projetos executados com a finalidade de redefinir funções do Centro do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 2008; MAIA, 2006; IPP, 2002; 2000), ganharam notoriedade exatamente aquelas reunidas com a finalidade de resgatar a presença africana na região. Acentuadas na década de 1980, com o retorno do país ao comando civil, após o período da ditadura militar, as tomadas de posição em favor de políticas afirmativas e de igualdades, vocalizadas por lideranças de movimentos sociais e religiosos, intelectuais e outros representantes da população negra, trouxeram à pauta as lembranças da Pequena África, acionando um vasto repertório de narrativas e, nelas, de imaginários, nem sempre harmônicos entre si (GUIMARÃES, 2014; 2019, p.362-390). Assim, embaçadas no patamar de articulação atingido ao longo de décadas, com graus variáveis de institucionalidade, entidades culturais (a exemplo do Instituto José do Patrocínio) atuaram no sentido de instituir uma área de exceção patrimonial fazendo uso de ícones mnemônicos da Pequena África carioca. Para tanto contaram com apoio da prefeitura municipal e de instâncias transnacionais

e locais/nacionais, como o Patrimônio Universal da Humanidade. Dessa forma, no dia 20 de janeiro de 2012, inaugurou-se o “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana” – ver imagem 01 –, incluindo pontos de visitação nos bairros de Santo Cristo, Saúde e Gamboa, para fins de turismo de memória.

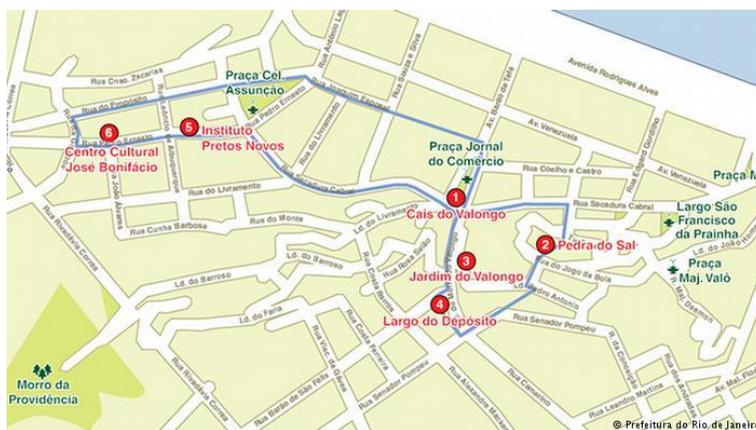


Imagem 01

Mapa e roteiro do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana

Com 1,2 quilômetro, o Circuito tem por núcleo o recentemente recuperado Cais do Valongo – ver imagem 02. A inauguração do cais, em 1811, obedeceu à decisão dos representantes do poder colonial de transferir a chegada e comércio de pessoas vindas da África Oriental e Centro-Occidental para uma área menos visível que a região hoje chamada de Praça XV, onde estava já localizado um dos palácios da real família portuguesa na cidade. Sobretudo, financiado apenas com recursos estatais, angariados a partir da cobrança exclusiva de um imposto para lhe viabilizar, a construção do cais afirmou o tráfico e a escravidão como partes decisivas da razão do Estado colonial. Àquela altura, o tráfico transatlântico se encontrava no seu apogeu. Atendia-se, também, aos reclamos dos representantes das classes proprietárias ruralistas. Até 1843, cerca de um milhão de pessoas escravizadas passaram pelo Valongo. Nesse ano, devido ao comércio de mão-de-obra de africanos estar pressionado pelas autoridades britânicas, deu-se o aterro do velho cais para ali ser erguido o Cais da Imperatriz, a fim de receber a futura esposa do Imperador Pedro II. Este último cais também foi soterrado após a reforma urbana comandada pelo prefeito Pereira Passos, entre 1904 e 1906, já sob o regime republicano. A redescoberta do Valongo se deu, em 2011, em meio às escavações relacionadas à execução das obras de drenagem relacionadas ao projeto de requalificação urbana da Zona Portuária (LIMA, SENE E SOUZA, 2016, p. 299-391). A conversão da área em patrimônio histórico e cultural local e nacional se tornou a base para

que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a prefeitura do Rio de Janeiro reunissem esforços técnicos e políticos para inscrever, em 2016, o sítio arqueológico do cais à candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade (IPHAN, 2016; VASSALO, 2019, p. 391-409; EXAME, 2012). Durante a 41ª sessão do comitê da Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco), em 2017, o Valongo se tornou Patrimônio da Humanidade¹⁰.

A redescoberta arqueológica do Valongo agregou ao sítio narrativas e um conjunto de proposições o identificando como espécie de demiurgo da epopeia diaspórica negroafricana na América portuguesa. Embora nem sempre houvesse coincidência nas respectivas perspectivas que o compuseram, o feixe discursivo constituído, tendo lastro em instituições público-estatais e da sociedade civil gozando de legitimidade – como as universidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, entre outras (BITTER E VASSALLO, 2019, p. 94-122) –, cumpriu importante papel na tematização do Valongo como polo histórico e afetivo de todo um território soldado pela memória da presença negra e dos suplícios que lhe foram impostos pelo regime escravocrata, compreendendo testemunho de um importante capítulo da história universal¹¹ – aspecto este ressaltado pelo dossiê que subsidiou a candidatura do cais a patrimônio da humanidade:

O Cais do Valongo merece ser considerado pela Unesco patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo. Dizia o escritor nigeriano Chinua Achebe que a história não é boa nem má; que a história é, e nós somos esta história, com seus momentos luminosos e demorados e terríveis pesadelos, como este que parecia interminável e que nos deixou como cicatrizes profundas monumentos como o Valongo, monumentos vivos, que não precisam de nenhum texto a elucidá-los, que são pelo que são, e nos comovem

¹⁰ Ver Valongo “Wharf Archaeological Site” (<https://whc.unesco.org/en/list/1548/>) In: *World Heritage Convention*. Unesco. Consultado em 23 de março de 2020.

¹¹ Em 1994, a Unesco iniciou o projeto *A Rota do Escravo: Lições do Passado, Valores para o Futuro*, com o objetivo de “romper o silêncio” (UNESCO, 2014) a respeito do tráfico de escravos, da escravidão e suas consequências. A partir da proposta da Unesco, desde o lançamento do projeto, mais e mais iniciativas nele se inspiram sobre a justificativa de lutar “contra o preconceito, a discriminação racial e todas as formas de escravidão que ainda atingem mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo” (UNESCO, 2014). Refletindo sobre as consequências da escravidão dos africanos para história humana e a maneira como elas engendram lutas pelos direitos humanos dos povos que portam a herança desse trágico episódio, a então diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, concluiu na época da comemoração do projeto, em 2014: “A rota do escravo não é apenas um evento do passado: é a nossa história e moldou o caráter de várias sociedades modernas, criou laços indissolúveis entre povos e continentes, e transformou de maneira irreversível o destino, a economia e a cultura de nações”. (UNESCO, 2014)

pelas pedras que pisamos e pelas pedras que olhamos, pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da Terra. (IPHAN, 2016, p.07).

É com o respaldo dessa justificativa, na qual a evocação moral subsidia o apelo à cognição mais abrangente sobre a Zona Portuária carioca, que, na montagem do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, a área de visitação estende-se pela Rua Camerino, onde estão localizados outros locais que passaram a compor a paisagem da cidade, à época com a finalidade de servir aos requisitos da escravidão. Ali estão, ainda, os Jardins Suspensos do Valongo e o Largo do Depósito — ver, respectivamente, imagens 03 e 04. Este último logradouro corresponde à praça construída no lugar em que se dava o comércio escravocrata. Já os Jardins Suspensos do Valongo consistiram numa solução paisagística adotada, na mesma reforma Pereira Passos, com o propósito de apagar os vestígios das chamadas “casas de engorda” – locais nos quais as pessoas escravizadas permaneciam com finalidade de, ao adquirem peso, obterem melhor valor de venda. Por sua vez, os(as) escravizados(as) que não sobreviviam à travessia nos navios negreiros tinham os seus ossos triturados, misturados e posteriormente enterrados no Cemitério dos Pretos Novos. Em 1996, os vestígios desse último espaço foram convertidos num centro cultural de memória e em um instituto de pesquisa dos antepassados africanos – ver imagem 05 – localizado à Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa. Fazem parte do roteiro, também, a Pedra do Sal e o Centro Cultural José Bonifácio – ver imagens 06 e 07, respectivamente. Tendo por símbolo uma rocha, no bairro da Saúde, Pedra do Sal foi definida como centro da Pequena África e, antes, compreendeu o local de reunião de pessoas escravizadas. Ali, segundo as narrativas que circulam oralmente pelos discursos não-oficiais, elas se reuniam em cultos e festividades para celebrar seus antepassados. Inclusive nesse local teria surgido o célebre candomblé Ylê Opon Ofonja, posteriormente transferido para a cidade de Salvador. Atualmente concebida como uma territorialidade cultural quilombola, abriga rodas de samba e encontros de cantores(as), bandas e apreciadores(as) da *black music*. Numa área de 2.356 m², entre as Ruas Pedro Ernesto e João Alvares, o prédio do século XIX – em estilo neoclássico e com três pavimentos e 18 salas, também no bairro da Gamboa – abriga o Centro Cultural José Bonifácio. Fundado em 2013, em meio à execução do Projeto Porto Maravilha, o espaço ostenta um nome alvo de polêmicas – afinal, José Bonifácio fez parte da oligarquia ruralista e escravocrata colonial. O centro cultural procura cumprir múltiplas funções – arqueológicas,

artístico-culturais, pedagógicas e historiográficas –, mas todas em torno do eixo comum da preservação da memória da “influência africana na formação social brasileira”.



Imagem 02 – Cais do Valongo



Imagem 03 – Foto dos Jardins Suspensos do Valongo



Imagem 04 – Largo do Depósito



Imagem 05 – Foto do Memorial do Cemitério dos Pretos Novos



Imagem 06 – Foto da roda de samba na Pedra do Sal



Imagem 07 – Foto do Centro Cultural José Bonifácio

Vale pontuar ainda que, articulado aos equipamentos culturais e de lazer implantados com a execução do projeto Porto Maravilha, o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana contracenava com o polo de serviços culinários e gastronômicos, além de locais de diversão (*boites*, rodas de samba, bailes de rua etc.) e de consumo cultural (museus e centros culturais) que se expande dos entornos da Praça Mauá até o Morro do Pinto. A ecologia urbana insere, ainda, as redes de serviços turísticos realizados na favela do Morro da Providência (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p.580-588).

De acordo com Maurice Halbwachs (1990, p. 99-100), os “quadros de lembranças” se referem aos suportes constituídos pelas relações interpessoais historicamente estruturadas nas cadeias geracionais, embebidas de significados, que estimulam as lembranças das pessoas, habilitando o espírito a perseverar contiguidade e, ao mesmo tempo, realizar cortes no trato das percepções. No emprego aqui efetuado da ideia de quadros de lembrança, mas convertendo-os à categoria de domínios de memórias (FARIAS, 2016, p.112-155), entende-se que, no compasso do movimento pelo qual se afirmam como quadros de lembranças, as

diásporas negroafricanas promovidas pela escravização e as vicissitudes desta no fomento de uma cultura popular urbana modelam a paisagem daquela área da Zona Portuária carioca em que os limites são demarcados e continuamente atualizados/remanejados. Ainda, delimitam a extensão hermenêutica dos recursos simbólicos canalizados na sua afirmação como atração turística e, também, bem cultural disputado na arena dos negócios do entretenimento. Assim, o lugar-paisagem¹² da Pequena África emoldura e designa em parte os usos possíveis das diversas aspirações de fruição e prazer por parte dos consumidores naquele zoneamento lúdico do domínio da diversão no lugar-imagem. Parece-nos oportuno supor estarem em mútua implicação os eixos das estimas/ subjetivas e aqueles das determinações sistêmicas, reconhecendo-os enquanto mutuamente estruturantes das experiências.

Delimitado como um espaço de exceção patrimonial, justificado por reverenciar as “lembranças” e “verdades negras” na cidade, o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana detém, em um primeiro momento, muitos dos traços identificados pelo historiador Pierre Nora (1993) ao que ele chama de “lugares de memórias”. Isto é, lugares de exceção em que a cristalização da memória de algo vem no compasso do sentimento de ruptura provocado pela aceleração histórica. Nos seus rastros, afirma ele, os impactos afetaram a reposição da exemplaridade do costume na medida mesma em que a consciência da permanência se torna residual. Os lugares de memória, portanto, compreenderiam espaços de exceção nos quais a memória não mais vivificada na multiplicidade aberta e móvel da história cotidiana, no jogo das lembranças e dos esquecimentos, apenas se respaldaria no trabalho discursivo dos relatos memorialistas que a funcionalizam como epicentro de consagração de uma recordação unidirecional, a qual seria replicada de maneira ampliada nas narrativas midiáticas.

Se nos é sugestiva a definição de lugares de memória em Nora, não compartilho da sua concepção no que toca a uma memória apartada da história vivida. Concordo, sim, com a proposição acerca das repercussões discursivas que geram a imagem de um lugar de

¹² Em razão da afinidade entre os contextos empíricos, retomamos aqui a categoria de lugar-paisagem do recurso feito em outra oportunidade (FARIAS, 2010, p.105). Com ela, definimos as “(...) camadas de uma longa duração que trata da genealogia da ocupação de específica área, inclusive delineando-a como palpável e legível. Mas, também, relativo às densidades figuradas nas texturas das edificações e logradouros, enfim, dos patrimônios que catalisam afetos e estimas e, logo, promovem identidades individuais e coletivas. Aí aonde as continuidades e rupturas, os recuos e resíduos se fazem recursivos nos imaginários e em outras representações encerradas nas referências àquela localidade, transformando-o em um nicho denso de sentidos, um mundo na perspectiva fenomenológica. Isto é, no movimento mesmo em que a paisagem urbana secreta e, por outro lado, expressa a trama de envolvimento entre corpos plasmada na face tátil do visível e também nos sons, gostos e cheiros (...)”

exceção. No entanto, quando se trata do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, essas mesmas repercussões são próprias do desenrolar de episódios e fatores em coalizão ou conflito que atualmente definem os ritmos no cotidiano da cidade. Logo, os prosseguimentos de lembranças e os apagamentos relativos a descontinuidades fazem parte dos ritmos dessas interdependências. Com o Circuito ora focalizado se acrescentam aspectos muitos significativos ao problema sociológico em torno dos modos como signos peculiares aos cenários do cosmopolitismo global, próprio aos roteiros do entretenimento-turismo, contracenam com a modulação de culturas de diáspora negroafricanas. No compasso da implantação desse domínio de memória, enquanto lugar de exceção patrimonial, estende-se um palco à encenação em que as culturas de diáspora trazem em seus sistemas de práticas, símbolos e espacialidades reverberações das adversidades relativas à posição subalterna ocupada pelos círculos sócio-humanos protagonistas das lutas, conquistas e derrotas populares em que se fazem cúmplices determinações de classe e etnicorraciais. Ainda, elas deixam ver como os sinais dessa parcela das transações atlânticas, na sua versão contemporânea, têm coparticipado de modernizações societárias e culturais em conexão seja com os rumos da modernidade nacional, seja com os diferentes estágios das circulações da cultura e do conhecimento em que prosseguem processos de interpenetrações civilizatórias.

Adotando a lente do processo de longa duração referente ao estabelecimento do “Atlântico negro” como sistema sociossimbólico cosmopolita, deflagrado pela mediação do sofrimento experimentado por amplos contingentes negroafricanos, sobressai a proposição a respeito de uma história heterológica figurada na instabilidade e no ritmo da mutabilidade identitárias na caudal da pulverização negroafricana no “Novo Mundo” das Américas. Processo em grande medida motivado pelo tráfico mercantil humano moderno, mas também pelos arranjos socioeconômicos da escravidão nas Américas e no Caribe, na acepção de Gilroy (2001, p. 27-28), o Atlântico negro compreende a estrutura de sentimentos da formação intercultural e transnacional resultante da propagação de diversas formas geopolíticas e geoculturais de vida (culturas) não redutíveis à ontologia da raça e à naturalização de identidades étnicas, embora contracene com dispositivos de racialização dos corpos subalternizados na condição de escravos. Logo, fazer do Atlântico negro o lugar de memória da Pequena África carioca (cuja natureza visível tem decisiva implicação na orientação e coordenação das condutas humanas) se situa no engendramento recíproco de espaço, memória e capitalismo no delineamento da paisagem urbana. Com isto, persevera a proposição de que essa materialidade espacial se dispõe na dinâmica sócio-histórica em que as culturas de diásporas negro-mestiças aninhadas em redutos citadinos passam da posição

de contraculturas em relação à modernidade burguês-produtivista a ícones de afirmação do ideário-valor da diversidade cultural. Tais redutos estão internalizados nos atuais roteiros do entretenimento-turismo, compondo, assim, as ramificações contemporâneas do capitalismo global.

Durante cerimônia de inauguração do Circuito de lembranças, o então coordenador do programa “Porto Maravilha Cultural”, Alberto Silva, sentenciou: “Num momento em que se discutem políticas de cotas raciais no país, é muito importante reconhecer e valorizar nossa herança africana. Para darmos um passo à frente, não podemos voltar a esconder o nosso passado.”¹³

Sendo ela a interseção entre os condicionantes da economia política e da economia simbólica, na fala do coordenador, a evocação das políticas de cotas – faceta das políticas afirmativas e de reconhecimento identitários – está diretamente relacionada na maneira como se encara o resgate e valorização da “herança africana” na condição dos “novos tempos” que se instauram no compasso da requalificação urbana, na última década, em curso na região.

O mesmo aspecto referente ao resgate da grande contribuição africana à formação sociocultural foi pontuado, ainda na inauguração do Circuito, na fala do na época presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Washington Fajardo: “Somos um povo com uma enorme contribuição negra em nossa língua, música e gastronomia, mas com poucos monumentos voltados para a memória dos afrodescendentes. Queremos diminuir essa lacuna.”¹⁴

Por sua vez, a arqueóloga que liderou a equipe supervisora do trabalho de escavação do Cais do Valongo, Tânia Lima, enfatizou se tratar de “um local que foi deliberadamente esquecido, aterrado, para que não se lembrasse mais da chaga da escravidão”. Nessa fala sobressai o espaço como, simultaneamente, resultado de lutas e fator que estrutura disputas. As camadas que se superpõem na montagem da paisagem da cidade, portanto, teriam implicações diretas e sensíveis sobre os processos mnemônicos, já que incidiriam em apagamentos e logo deixando por saldo, desconhecimentos. Ela acrescenta:

É muito simbólico que o Cais da Imperatriz tenha sido construído em cima do Valongo: é a imagem da princesa de Bourbon pisando em cima dos escravos. É importante recuperar a história. As ruas mudaram de

¹³ Made For Minds – 22/11/2012. Acessado em 02 de abril de 2020: <https://www.dw.com/pt-br/rio-inaugura-roteiro-tur%C3%ADstico-sobre-presen%C3%A7a-africana-na-cidade/a-16309133>

¹⁴ Made For Minds – 22/11/2012. Acessado em 02 de abril de 2020: <https://www.dw.com/pt-br/rio-inaugura-roteiro-tur%C3%ADstico-sobre-presen%C3%A7a-africana-na-cidade/a-16309133>

nome e hoje são pouquíssimos os cariocas que têm alguma referência do que foi o Valongo.¹⁵

Discursivizações assim, ao que parece, tornam evidente como a memória do lugar tem sido eleita como moeda de negociação ou bem de disputa, no mesmo compasso em que se impõe como fator histórico e político-cultural de decisiva importância. Tornam-se (as discursivizações) estratégicas porque, em torno delas, orbitam lutas pelo resgate e correção de narrativas identitárias, interferências ocorridas no instante em que novos sujeitos (portando marcas étnicas, de gênero, classista, ecoambientais, geracionais e etárias, regionais, etc.) tomam a cena pública e redefinem a ideia mesma de espaço público de visibilidade¹⁶. Neste mesmo sentido, o incremento e a disputa entre as instâncias de transmissão e divulgação dos saberes, principalmente devido à inserção das instituições de comunicação calcadas nas tecnologias da informação, demarcam novas arenas de visibilidade e coparticipam da montagem de novos panoramas de entendimento e ou enfrentamento, nas estratégias de distinção ou nas táticas de resistência, sobretudo àquelas calcadas em políticas identitárias, por sua vez embasadas nas plataformas da agenda do reconhecimento do valor moral de todos os grupos que conformam a humanidade.

As disputas visando alterar as classificações que definem o estatuto dos patrimônios materiais e intangíveis revelam como, a reboque dos trânsitos acelerados planetariamente, à maneira dos turísticos, são executadas políticas de pertencimento e de exclusão para as quais concorre a proliferação de demandas e ofertas de coerência e continuidade, na contramão da deflagração de rupturas. Tais faces se manifestam em um verdadeiro mercado da memória (HUYSSSEN, 2000). Neste se ajustam, tensamente, indústrias culturais, agentes do turismo e da comunicação, mas também aportes intelectuais em articulação a organizações não-governamentais, agências estatais e, ainda, entes translaterais, internacionais e transnacionais – todos, enfim, galvanizados pelo tema da regulação dos fluxos de relatos e imagens mediante os quais se dão esquecimentos e lembranças. Trata-se de tensionamentos que assinalam os mútuos engendramentos entre os territórios no espaço mundializado da modernidade em

¹⁵ Made For Minds – 22/11/2012. Acessado em 02 de abril de 2020: <https://www.dw.com/pt-br/rio-inaugura-roteiro-tur%C3%ADstico-sobre-presen%C3%A7a-africana-na-cidade/a-16309133>

¹⁶ Temos ciência de deixar de fora, nesta exposição, episódios mais recentes, suscitados com o advento do governo de Marcelo Crivela, na Prefeitura da cidade. Episódios relativos ao prosseguimento de implantação do projeto de construção de um museu dedicado à memória da escravidão na região. Posicionamentos antagônicos foram deflagrados envolvendo atitudes distintas dentro do movimento negro, mas também entre outros setores dos grupos representativos da população afrobrasileira no Rio de Janeiro, inclusive setores evangélicos não favoráveis à centralidade conferida às matrizes religiosas africanas no delineamento das heranças africanas.

que versões de outras modernidades estão articuladas àquelas derivadas das modernidades coloniais, nacionais e, ainda, às definidas como culturas de diáspora.

III - CIDADE, MEMÓRIAS E MODERNIDADES

Um último ponto requer ainda atenção, quando se considera a discussão em torno dos efeitos de lugar na contemporânea figuração da Pequena África carioca, no escopo das determinações relativas às coordenadas da economia de signos e espaços. Ponto esse de natureza a um só tempo teórica e sócio-histórica, porque envolve a problematização da modernidade, mas em torno do triângulo paisagens urbanas, memórias e capitalismo.

A equação paisagem urbana e capitalismo consiste em um episódio importante na teoria da modernidade de Walter Benjamin. Quando ele focaliza Paris, no período em que a cidade se afirmou “Capital do Século XIX” (BENJAMIN, 2006), em meio às reformas arquitetônico-urbanísticas capitaneadas pelo prefeito em atuação na época – o Barão de Haussman –, dirige sua atenção às alterações que modificaram o traçado dos arruamentos, priorizando as formas retilíneas e largas com a finalidade de beneficiar a circulação de bens e pessoas, mas também o deslocamento dos braços de controle e repressão do Estado. Ao mesmo tempo, volta-se para o advento de ícones da industrialização no instante em que o processo alcançara a vida cotidiana. Assim, o autor se atém às arcadas (galerias de lojas), aos *grand magasins* e aos *magasins de nouveauté*, além das exposições universais com seus encantamentos calcados na e reverenciadores da técnica. Com isso, Benjamin conclui sobre a estetização da corporeidade cidadina em sincronia à sacralização da mercadoria. E observa a cumplicidade de ambas as facetas com a emergência de novos modos de expressão e comunicação movidos pelo valor-de-troca – ou, nos seus termos, pelo “valor de exposição”. O conceito de valor-de-exibição no esquema benjaminiano resulta do entendimento que ele propõe sobre o tema da secularização no plano artístico, ou seja, do deslocamento das obras da clausura ritual que as circunscreviam ao “valor de culto” para serem oferecidas como peças de apreciação e fruição em espaços reservados à visibilidade laica e leiga. Para o autor, neste reposicionamento ocorrem transformações semânticas e ontológicas sem precedentes. A disposição para o espetáculo consistiria na supremacia alcançada pelo exibível na disposição para o artístico (BENJAMIN, 2012, p.09-41).

O percurso do raciocínio benjaminiano nos conduz aos remanejamentos nas organizações sociais à luz do redesenho institucional no qual se manifestam cruzados a socialidade burguesa e o capitalismo industrial; industrialização que se evade pelo âmbito da

produção de sentidos. Igualmente, o trajeto interpretativo do autor traduz o perfil de novas subjetividades tipificadas, as quais são encarnadas nos personagens que tomavam as ruas parisienses, na metade final do século XIX: o “*dandy*”, o “*flâneur*”, as “massas”, o “trapicheiro”. São essas as silhuetas das texturas que comporiam a visibilidade urbana da metrópole moderna. De maneira simultânea, nelas são mediadas e materializadas diferentes durações (memórias), fazendo transitar símbolos, no andamento mesmo em que contradições de classe e de inserção ou não em grupos desqualificados culturalmente encenam outros sentidos e potencializam-se novas mídias, à maneira do cinema.

Nos cenários citadinos sobre os quais se lança Benjamin, estabelece-se a interdependência inusitada entre o impulso progressista referente à constituição de um espaço artificial e soluções arquitetônicas que pincelam aspectos do passado gótico na configuração do novo – o moderno. Exatamente, nota Benjamin, nessas imagens do século XIX há a combinatória entre a promessa e a reificação da utopia ali amanhadas, à maneira do que ocorria nos pátios fabris. Para ele, progresso e regressão estão dialeticamente postos no concerto da engenharia com a arquitetura, do jornalismo com a literatura, da pintura com a fotografia, num amálgama antecipatório, ao mesmo tempo contendo suas limitações. Isto porque o horizonte de emancipação da tecnologia, com suas promessas de socialização cultural e dos recursos à sobrevivência, estava apropriado pelo Estado e pelo mercado capitalista. Aqueles traços do novo estariam convertidos em uma fantasmagoria da “nova natureza”. Como em Marx, Benjamin constata o deslocamento mundano da alma promovida pela racionalização técnico-econômica – movimento relativo à hegemonia da sistemática monetária intrínseca ao processo de autovalorização do capital. Num diapasão não plenamente explorado pela matriz marxiana, o autor supõe a mercadoria como a alma secular da modernidade; condição à sensibilidade humana em que a operação mimética do subjetivo se projeta em busca de objetivação, concretizando-se como materialidade espiritualizada, elucidando-se no valor-de-exposição. Para ele, tal seria a base do cenário feérico da metrópole moderna. Resgatando na poética de Baudelaire o tema do *flâneur*, ante as multidões urbanas parisienses inebriadas pelo entorpecente dos signos do mercado capitalista, Benjamin adverte sobre o fato de a mercadoria se reconhecer o sujeito possível das novas condições. Enfim, apresenta-se como a síntese inerente ao fetiche da mercadoria, interseccionando objetivo e subjetivo, alma e matéria, capital e experiência (BENJAMIN, 1989, p.52-53). O autor se debruça, enfim, ante os enlaces ocorridos entre “novo” e “antigo” nos passos da modernização capitalista francesa; portanto sua interpretação descortina o lugar ascendente

que ia ocupando o tema da lembrança na contraluz do projeto de transparência racional de domínio do mundo.

O esquema de pensamento e análise das imagens dialéticas em Benjamin evoca os sonhos e as catástrofes na sua concepção de história; portanto, esquiva-se, para recusar a idealização contida nos modelos totalizantes de uma história cujas transformações obedecem a determinações que lhes fixam a direção. Frente ao imperativo cronológico do tempo do progresso, o pensador restitui a heurística da ideia grega de “*kairos*”, a ocasião em que se potencializam as oportunidades. Nestas, a princípio suprimidas pelo primado unicista evolutivo-desenvolvimental do progresso, as tantas e diversas durações são reabilitadas por afinidades eletivas com as situações que lhe são afins no presente. As ideias do autor deixam nos seus rastros a possibilidade de conceber nas materialidades metropolitanas da modernidade europeia outras temporalidades, estando estas cruzadas ou interseccionadas ao primado dos ritmos da modernização capitalista, manifestando-se em singularidades inusitadas nas quais as alteridades não se anulam numa fusão sintética (BUCK-MORSS, 2005, p.223-254).

Do mesmo modo, as formulações de Benjamin sinalizam a paisagem urbana, quando permitem conceber a dimensão subjetiva do espaço no que se apresenta naturalizado na materialidade visível. Seguidos os passos benjaminianos, entende-se que a paisagem não se limita ao espaço significado e representado, tampouco se encerra no interesse geográfico pelos efeitos das emanações dos relevos geomorfológicos ou edificados sobre o sensorio humano e, com isso, impactando as suas faculdades cognitivas e imaginárias. Sem desprezar um ou outro aspecto, igualmente Benjamin nos motiva tomar a paisagem da cidade nos modos pelos quais o cruzamento de sensibilidades e estruturas sociais adquire visibilidade em figuras tanto fixas quanto móveis, mais ou menos longevas, pois sujeitas às flutuações em proporção e permanência na sucessão incessante de episódios, com seus acidentes, variações, abrindo lacunas, fazendo-se vestígios fugidios.

Nesse sentido, à contramão da disjuntiva “local” *versus* “global/mundial”, que percorreu os imaginários teórico-interpretativos das humanidades nas últimas décadas, a perspectiva dos efeitos de lugar¹⁷ aqui aplicada levou em consideração a concentração em uma escala de menor dimensão com o objetivo de apreender as múltiplas implicações e as

¹⁷ Faço um uso muito particular da noção de efeitos de lugar frente às apropriações canônicas da ideia, presentes entre os estudos que relacionam demografia, ecologia e espaços. De um modo geral, a proposição sobre os efeitos de lugar, nesses trabalhos, faz referência às “vizinhanças” como redes de envolvimento. Ver Marandola Jr & Modesto (2012, pp. 07-35).

formas adquiridas pelo envolvimento entre pessoas, objetos e outras propriedades espaciais na conformação de uma localidade e, ao mesmo tempo, de uma localização entendida como orientação de conduções a indivíduos inscritos em modos específicos de vida. A tônica, em termos analíticos, caiu sobre a maneira de qualificar essa trama de envolvimento e, então, identificar (e refletir sobre) as mediações que interferem na maneira como o lugar concretiza processos e estruturas macrosociais da modernidade-mundo, na medida em que os traduz. Tomo de empréstimo esta última categoria mobilizada por Renato Ortiz (2000, p. 13-14), em especial quando o autor se volta às transformações sócio-históricas e culturais que contracenam com as consequências decorrentes dos processos de “desterritorialização” e “reterritorialização”, quer dizer, com as redefinições categoriais de espaço e tempo referidas ao “encurtamento das distâncias”, borrando fronteiras no andamento da instauração das espacialidades móveis pelas quais se manifesta o processo de mundialização da cultura moderna.

No decurso desse artigo, interessou-nos a reterritorialização desse processo no contexto sócio-histórico do Rio de Janeiro, na medida em que aquela requisitou atenção para as interpelações das redes de envolvimento locais, acima referidas. Com isso, estiveram sob foco as que atravessaram (e ainda atravessam) as investidas voltadas à requalificação urbana da Zona Portuária da cidade. Em especial, a seletiva reposição das lembranças da Pequena África na montagem de um espaço de exceção patrimonial organizado como circuito arqueológico e histórico, o qual tem por uso a visitação turística. Em outros termos, a moldura constituída pelo circuito de lembranças da Pequena África faz singular a atual Zona Portuária carioca.

Se o advento do circuito torna contemporâneas e mesmo contíguas temporalidades a princípio díspares entre si, também articula arranjos funcionais que, em um primeiro momento, seriam mutuamente discrepantes, a saber, o complexo do tráfico escravocrata colonial voltado à mercantilização pela exploração compulsória da força de trabalho humana e a gama de atividades orientadas aos serviços de entretenimento, típica da atual sociedade de consumidores. O Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana equaciona, portanto, do ponto de vista da paisagem urbana e dos seus usos, a percepção e fruição de um conceito espetacular de cidade cultural cuja ênfase está, ali, na metamorfose dos vestígios das experiências de dor (relativas ao sofrimento dos magotes escravizados) na cena própria à monumentalidade da aparência sensível coordenada pelo valor-de-exposição. Nesta, aquilo

ora relatado como epopeia de um povo etnicamente referido¹⁸ exibe-se para a comoção de amplas audiências, as quais têm, na composição dos seus potenciais de julgamento, padrões de gosto e esquemas de percepção e aprendizados foram influenciados pela incidência das tramas midiáticas das quais são a contrapartida da intensa e abrangente circulação planetária de imagens audiovisuais. Agora, convertida em bem simbólico – ou seja, irredutível expressivo, porque embebido do conteúdo mnemônico que atualmente lhe confere diferencialidade e prestígio –, a materialidade arquitetônica do Circuito impõe-se a uma parte da codificação da visibilidade urbana. Desse modo, tal materialidade integra os esquemas de percepção internos aos modos como a política do ver em curso se converte em paisagens cidadinas. Isto no seu duplo registro, ou seja, de objetividade do que se mostra e, na condição de um *a priori* (FARIAS, 2016, p.112-155), do dispositivo de subjetivação de quem olha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Matha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 92-113.

ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. *Varia Historia*, v. 25, n. 41, 2009, pp. 129-148. (Fiz a citação no Texto)

BARROS, José Flávio P. As comunidades religiosas negras do Rio de Janeiro: de suas origens à atualidade. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, jul/dez 2009, pp. 121-130.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. RJ: Bertrand, 1989.

¹⁸ Não me parece heurístico o argumento defendido por Néstor García Canclini (2012) de sermos contemporâneos de “uma sociedade sem relato”. No exercício de reconstruir a sócio-história do romance, ante o declínio e desaparecimento da epopeia no movimento de ascensão da característica fragmentária e atomística do texto romanescos, Lukács (2009) observa como uma característica da modernidade a impossibilidade de relatos totalizadores. O próprio Benjamin (1994; 1994a) examina a mesma impossibilidade e busca alternativas para a narrativa no contexto urbano-industrial, policromático e descontínuo em termos da transmissão da memória. Mas o mesmo autor (BENJAMIN, 1986), quando escreve sobre os monumentos de cultura como documentos de barbárie, atenta ao fato de que aqueles dizem respeito a relatos intrínsecos à exposição da história à luz dos vencedores. Com isso, com Benjamin, podemos especular ser a condição moderna não apenas definida pela multiplicação e confronto entre relatos, como, sobretudo, pela proliferação de escrituras com as quais se tecem narrativas.

- BARTRA, Roger. *Antropología del Cerebro: la consciência y los sistemas simbólicos*. México (DF): FCE, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte no tempo da sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Zouk, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX In: *Passagens*. BH: UFMG – SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. São Paulo: Brasiliense, 1994a, pp. 36-49.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERNARDES, L. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX In: ABREU, M. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.
- BITTER, Daniel; VASSALLO, Simone P. A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 45, 2019, pp. 94-122.
- BUCK-MORSS, Susan. López. *Walter Benjamin, Escritor Revolucionario*. Buenos Aires: Interzona, 2005.
- CANCLINI, Néstor G. *A Sociedade Sem Relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.
- CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como ‘negócio’ In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.): *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-37.
- CARVALHO, Bruno. *A Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- COUTO, Bruno G. *A Reinvenção do Espaço Urbano a partir da Cultura e do Entretenimento-Turismo: o caso do porto Maravilha no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado (Sociologia), Brasília: UnB, 2019.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Cristian. *A Nova Razão do Mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DENTON, S. and MORRIS, R. A joint’s a joint In: AMIN, Ash and THRIFT, Nigel (eds.): *The Blackwell: cultural economy reader*. Oxford: Blackwell, 2004.
- DRIVER, Stephen, MARTELL, Luke. New labour: culture and economy In: RAY, Larry &
- DUX, Günter. **Teoria Histórico-Genética de la Cultura: la lógica procesual en el cambio cultural**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2012.

SAYER, Andrew (edts.): *Culture and Economy after the Cultural Turn*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

FARIAS, Edson. “Cidade maravilhosa”, “Rio babilônia” e “Rio 40 graus”: três signos na economia simbólica da paisagem carioca. *Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 1, p.155-207, jan./jul., 2017.

_____. Multimodalidade da memória e a sociologia dos *a priori* sociais. *Arquivos do CMD*, vol. 4 n. 1 (2016), p.112-155.

_____. Espaço e lembranças na economia simbólica urbana: o “retorno” da pequena África carioca. *Revista TOMO*, n. 16, 2010, p. 79-130.

_____. “Carnaval carioca, a matriz do negócio do ócio brasileiro”. *Caderno CRH*, n. 38, jan./jun. 2003.

FENERICK, José Adriano. *Nem do Morro Nem da Cidade: as transformações do samba e a indústria cultural (1920-1945)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FERNANDES, Dimitri C. *Sentinelas da Tradição: a constituição da autenticidade mp samba e no choro*. São Paulo: Edusp, 2018.

FERREIRA, A. *A Cidade do Século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. The favela and its touristic transits. *Geoforum* 40, 2009 p. 580–588.

GIANNELLA, Letícia de Carvalho. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha. Correspondência entre os grandes ciclos de acumulação capitalista e as morfologias urbanas. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, n. 3, 2013.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. SP: Editora 34, 2001.

GOMBRICH, Ernst Hans. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: WMF – Martins Fontes, 2007.

GOULART, R. Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: niversidad de Barcelona*, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (44). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>.

GUIMARÃES, Roberta S. Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro In: *Antropologia na Esfera Pública: Patrimônios Culturais e Museus* (orgas.): Isabella Tomazo, Renata de Sá Gonçalves e Simone Vassallo. Goiânia: UGF, 2019, pp. 362-390.

_____. *A Utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. SP: Vértice e Revista dos Tribunais, 1990.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos e mídia*. RJ: Aeroplano, 2000.

KENT, Russell. “Market boundaries and the commodification of culture” In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): *Culture and Economy after the Cultural Turn*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

LAMARÃO, S. *Dos Trapiches ao Porto*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro – Coleção Biblioteca Carioca, 1991.

LEDoux, Joseph. *O Cérebro Emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Gláucia Malerba and SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *An. mus. paul.* [online]. 2016, vol.24, n.1, pp.299-391. ISSN 0101-4714. <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0111>. Consultado em 03 de abril de 2020.

LOPES, Luís H. Um forrobodó da raça e da cultura. *RBCS*, Vol. 21 nº. 62 outubro/2006, pp.72-83.

LUKÁCS, Georg. *Teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2009.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. *A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro: a construção de um objetivo*. RJ: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documental e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

MAIA, Rosemere. Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no ‘mercado mundial’ de cidades In: *Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização* (org): Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. RJ: FAPERJ – DP&A, 2006.

MARANDOLA JR, Eduardo; MODESTO, Francine. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população-ambiente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 1, 2012, pp. 07-35.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e Pequena África Carioca*. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editorial, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10, 1993.

ORTIZ, Renato. *O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade-Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

ROSSET, Clément. *O Real e seu Duplo*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

ROSSI, Luiz G. F. Epiderme em cena: raça, nação e teatro negro no Brasil. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, pp. 427-434.

SÁNCHEZ, F. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.

SARAIVA, Paulo E. S. *Cérebro, Evolução e Linguagem*. Brasília (DF): Editora da UnB, 2014.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional, o Brasil em Sintonia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade; dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o Dono do Corpo*. Rio de Janeiro: Muad, 1998.

WARREN, M.; MCCARTHY, M. *The living city: Baltimore's Charles Center & Inner Harbor development*. Baltimore: Maryland Historical Society, 2002.

VALLADARES, Lícia P. *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

VASSALLO, Simone. O antropólogo como agente e o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade In: *Antropologia na Esfera Pública: Patrimônios Culturais e Museus* (orgas.): Isabella Tomazo, Renata de Sá Gonçalves e Simone Vassallo. Goiânia: UGF, 2019, pp. 391-409.

VENÂNCIO, Renato P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In *Brasil: 500 anos de povoamento*. Ministério de Planejamento e Gestão. IBGE. CDDI Rio de Janeiro, 2000.

ZUKIN, Sheron. *The Culture of Cities*. Cambridge: Blackwell, 1995.

OUTROS DOCUMENTOS:

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Brasília: ANP, junho 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/boletins-anp/2395-boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em: 02 ago. 2019.

EXAME. Brasil apresenta à Unesco estudo sobre rota dos escravos. 25 abr. 2012. Acessado em 05 de abril de 2020: <https://exame.abril.com.br/mundo/brasil-apresenta-a-unesco-estudo-sobre-rota-dos-escravos/>

IPP, Instituto Pereira Passos. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante/IPP, 2000.

IPP, Instituto Pereira Passos. *Porto do Rio*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002.

IPHAN. *Sítio Arqueológico Cais do Valongo Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial*. Brasília, 2016.

MADE FOR MINDS. *Rio inaugura roteiro turístico sobre presença africana na cidade*. 22/11/2012. Acessado em 02 de abril de 2020: <https://www.dw.com/pt-br/rio-inaugura-roteiro-tur%C3%ADstico-sobre-presen%C3%A7a-africana-na-cidade/a-16309133>

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 34.803, de 29 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico E Museológico Do Circuito. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2011/3480/34803/decreto-n-34803-2011-dispoe-sobre-a-criacao-do-circuito-historico-e-arqueologico-de-celebracao-da-heranca-africana-e-o-grupo-de>

trabalho-curatorial-do-projeto-urbanistico-arquitetonico-e-museologico-do-circuito. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNESCO. Unesco celebra 20 anos do projeto “A Rota do Escravo: Lições do Passado, Valores para o Futuro” – 14/09/2014. Acessado em 02 de abril de 2020: <https://nacoesunidas.org/unesco-celebra-20-anos-do-projeto-a-rota-do-escravo-licoes-do-passado-valores-para-o-futuro/>

Edson Farias

Pesquisador do CNPq, líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB), professor adjunto da UnB.